

As derivas do arquivo

A Coleção Biblioteca Nacional entre administração e história

The drifts of the archive: the National Library's collection between administration and history /
Las derivas del archivo: la colección Biblioteca Nacional entre la administración y la historia

Luciane Simões Medeiros

Mestra em Preservação e Gestão do Patrimônio das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Técnica em documentação na Fundação Biblioteca Nacional, Brasil.
luciane.smediros@gmail.com

Luciana Quillet Heymann

Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e professora do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Fiocruz, Brasil.
luciana.heyman@gmail.com

RESUMO

O artigo filia-se aos estudos de história dos arquivos e tem como objeto a trajetória da Coleção Biblioteca Nacional, conjunto documental produzido e acumulado entre os séculos XIX e XX, como resultado das atividades da Fundação Biblioteca Nacional. O estudo se propõe a analisar os efeitos das reformas administrativas, notadamente a reforma operada na gestão de Janice Monte-mor (1975), na movimentação interna da coleção e seus impactos sobre sua configuração.

Palavras-chave: arquivo institucional; Biblioteca Nacional; história dos arquivos.

ABSTRACT

The article is associated with research on the history of archives and focuses on the trajectory of the National Library Collection, a compilation of documents generated and amassed between the 19th and 20th centuries by the National Library Foundation. The study aims to examine the impact of administrative reforms, particularly the reform implemented by Janice Monte-mor's administration (1975), on the internal movement of the collection and its impacts on its configuration.

Keywords: institutional archive; National Library; history of archives.

RESUMEN

El artículo está adscrito a los estudios de historia de los archivos y tiene como objeto la trayectoria de la Colección de la Biblioteca Nacional, conjunto documental producido y acumulado entre los siglos XIX y XX, como resultado de las actividades de la Fundación Biblioteca Nacional. El estudio tiene como objetivo analizar los efectos de las reformas administrativas, en particular la reforma llevada a cabo por Janice Monte-mor (1975), sobre el movimiento interno de la colección y sus impactos en su configuración.

Palabras clave: archivo institucional; Biblioteca Nacional; historia de los archivos.

Introdução

As últimas décadas viram crescer o interesse pela história dos arquivos, entendida como condição para o uso crítico das fontes de pesquisa de natureza arquivística e como campo de investigação histórica capaz de iluminar valores, hierarquias e estratégias de governança. Nesse último sentido, o movimento é coetâneo aos debates acerca das condições sociais, políticas e culturais que incidem sobre a produção, bem como sobre o tratamento dos arquivos, responsáveis por conformar as fontes documentais e condicionar a pesquisa que delas se alimenta. O interesse pela história dos arquivos corresponde, em grande parte, à chamada virada arquivística (*archival turn*), movimento de natureza multidisciplinar que propôs repensar tanto a materialidade quanto o imaginário do arquivo e levantou questões quanto ao estatuto de verdade que lhe é associado (Ketelaar, 2017).

A publicação da coletânea *Archive stories: facts, fictions and the writing of history*, em 2005, organizada pela historiadora norte-americana Antoinette Burton, é expressão desse interesse. Segundo Burton, o propósito do livro é demonstrar, por meio de seus vários artigos, como os arquivos condensam histórias e como produzem discursos e, sobretudo, efeitos discursivos, entre os quais a própria narrativa histórica (Burton, 2005, p. 20). A motivação de Burton segue profundamente válida:

Particularmente na conjuntura atual, quando as evidências da vida cotidiana, das identidades comunitárias e das práticas confessionais são cada vez mais arquivadas porque são percebidas como nada menos do que uma questão de “segurança” nacional e internacional, a tarefa de compreender o papel dos arquivos e de examinar criticamente os tipos de histórias que deles emanam talvez nunca tenha sido tão urgente. (Burton, 2005, p. 19, tradução nossa)

Outra evidência desse interesse é a International Conference on the History of Records and Archives (Ichora), organizado pela primeira vez em 2003 na cidade de Toronto. A décima edição do evento ocorreu em 2022, sediada virtualmente pelo Arquivo Nacional do Reino Unido e pelo Forum for Archives and Records Management Education and Research (Farmer). Uma análise dos trabalhos apresentados nos dez encontros certamente apontaria perspectivas analíticas e redes de pesquisa, de distintas matrizes disciplinares, compondo um painel interessante dos investimentos na história dos arquivos nos últimos vinte anos.

A incidência dessa temática vem sendo identificada há algum tempo em mapeamentos sobre pesquisas no campo dos arquivos e da arquivologia. Se é verdade que o tema já aparecia no levantamento pioneiro feito pelo canadense Carol Couture e publicado em livro em 1999, a atualização dos dados realizada ao final da primeira década do século XXI e novamente publicada em livro em 2014, em coautoria com Marcel Lajeneusse, teria apontado um incremento importante, como concluiu Santos (2022, p. 4):

Sem perder de vista a presença de abordagens inovadoras que alcançam o coração da teoria arquivística, vale chamar atenção para o aumento crescente do tema da “história dos arquivos”, que aparece com destaque na relação geral de temas e nos projetos de pesquisa de professores.

No Brasil, os arquivos pessoais foram objeto de diversos trabalhos, interessados tanto na história da formação desses conjuntos documentais como nas trajetórias que os levaram dos contextos privados aos ambientes institucionais de guarda, nos quais ingressam em processos que consagram sua patrimonialização (Cougo Junior, 2023). As características menos formalizadas dos arquivos pessoais, a expectativa de espreitar, na formação desses conjuntos documentais, dimensões da autorrepresentação e das visões de mundo dos/as titulares, bem como suas próprias projeções quanto ao destino de suas memórias, parecem ter contribuído para essa tendência, da qual são exemplos os trabalhos de Heymann (2012), Palmeira (2013) e Silva (2016), entre outros. Pesou também para a incidência de pesquisas sobre a história de arquivos pessoais sua valorização para os estudos de história intelectual, na medida em que são “considerados como ‘laboratórios’ que escancaram o *modus operandi* de pequenas usinas de produção do conhecimento” (Iumatti; Nicodemo, 2018, p. 110).

No cenário internacional, arquivos institucionais, sobretudo os públicos, foram objeto de várias pesquisas de natureza histórica. Percebidos como dispositivos estatais de governança e controle, os arquivos coloniais mereceram especial atenção: a administração colonial demandava grandes volumes de informação e engendrava sistemas classificatórios que embasavam políticas públicas acessíveis por meio do arquivo. O livro do professor de literatura Thomas Richards, *The imperial archive: knowledge and the fantasy of empire*, publicado em 1993, foi precursor de outros desenvolvimentos, entre os quais as reflexões da antropóloga Ann Laura Stoler, que em 2009 publicou *Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense* como resultado de anos de pesquisa nos arquivos coloniais holandeses, dos quais também resultou artigo no qual sugere que muitos

insights sobre o empreendimento colonial podem ter origem na atenção às formas de arquivamento, e não apenas no conteúdo dos documentos (Stoler, 2002). Também nessa linha estão os trabalhos de Adele Perry (2005), Jeanette Bastian (2006) e outros estudiosos, entre historiadores, antropólogos e arquivistas.

No Brasil, vários estudos que tomaram como objeto os arquivos, a partir de uma perspectiva histórica, se concentraram na instituição arquivística, seus dirigentes e a natureza de seu acervo. Desde o trabalho pioneiro de Costa (1997) sobre a história do Arquivo Público do Império de 1838 a 1860 – ao qual se seguiram outros trabalhos sobre a história do Arquivo Nacional –, várias dissertações e teses enfocaram a história e a memória de instituições arquivísticas, como a dissertação de Silva (2010) sobre a história do Arquivo Central da FGV e a de Bojanoski (2007) sobre o Arquivo Público do Paraná, para citar apenas dois exemplos.

Mais raras são as pesquisas acerca da história de conjuntos documentais de natureza institucional, como é o caso do arquivo histórico da Biblioteca Nacional – conhecido como Coleção Biblioteca Nacional –, objeto do presente artigo. Nesse caso, trata-se de analisar a trajetória do arquivo dentro da instituição, destacando como distintos entendimentos sobre o acervo foram responsáveis por deslocamentos que ora o submeteram à área administrativa, ora à seção responsável pela documentação histórica, com efeitos sobre a documentação encaminhada ao arquivo em cada situação. Vale destacar que a coleção é fonte de pesquisa recorrentemente acionada, já que a Biblioteca tem sido objeto de vários trabalhos de natureza histórica, como as obras de Juvêncio (2016), Caldeira (2017), Grings (2019) e Almeida (2022), sobre a instituição e seus dirigentes, além de pesquisas que têm por objeto coleções abrigadas na BN e que também recorrem ao acervo visando a melhor contextualização de seus processos de patrimonialização, como é o caso dos trabalhos de Bettamio (2021) e Silva (2020).

Conhecer a trajetória da Coleção Biblioteca Nacional permite não apenas melhor qualificar essa fonte, como acessar a história da instituição, suas tensões e derivas internas a partir de outro ângulo de análise.

A Coleção Biblioteca Nacional está custodiada na Seção de Manuscritos,¹ subordinada à Coordenação de Acervo Especial.² Formado por cerca de quatro

1 A Seção de Manuscritos foi criada pela reforma administrativa de Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 1876. Tinha como objeto as coleções de manuscritos e papéis pessoais, além de obras impressas sobre diplomática e paleografia. Atualmente contém cerca de 225 conjuntos documentais, entre coleções de manuscritos, arquivos pessoais, privados e públicos, além da biblioteca especializada.

2 A Coordenação de Acervo Especial é composta pelas seções de Iconografia, Cartografia, Música e Arquivos Sonoros, Obras Raras e Manuscritos. É responsável por coordenar e estruturar as atividades de organização, inventário, guarda, manutenção e difusão do acervo especial.

mil itens documentais, o acervo compreende documentos textuais produzidos entre os séculos XVIII e XXI. Concebido ora como arquivo administrativo e corrente, ora como arquivo histórico e, portanto, permanente, a coleção foi objeto de reposicionamentos na estrutura administrativa que influenciaram sua configuração, condições de acesso e preservação. Assim, a Coleção Biblioteca Nacional pode ser considerada um caso exemplar para uma análise interessada nos efeitos de contingências institucionais na produção de sentidos diferenciais para um acervo documental. A natureza “histórica” ou “administrativa” não é dada, é definida a partir de olhares e concepções que variam no tempo, com efeitos sobre a documentação.

Este artigo se propõe a apresentar a trajetória do arquivo histórico da Biblioteca Nacional e a analisar, de forma mais detida, o movimento de sua recondução à Seção de Manuscritos em 1975, no bojo da reforma administrativa conduzida pela então diretora da instituição, Janice Monte-mor.³ Tem como objetivo relacionar tal movimento sobre o arquivo com a reforma administrativa, de modo a refletir sobre a vontade de arquivar, marca de sua gestão.

Para a consecução de tais objetivos foi realizada, inicialmente, pesquisa bibliográfica sobre arquivos administrativos de instituições de memória – arquivos, bibliotecas e museus – e sobre a história administrativa da instituição. Em seguida, examinados documentos textuais constantes do Arquivo Geral da Biblioteca Nacional, vinculado à Coordenação-Geral de Planejamento e Administração,⁴ e da própria Coleção Biblioteca Nacional.⁵ A seleção de documentos privilegiou os relatórios de gestão, a comunicação interna entre seções e a literatura cinzenta produzida por servidores que atuaram em áreas afins ao arquivo.

Este artigo está subdividido em quatro seções, a saber: a trajetória da Coleção Biblioteca Nacional; as reformas administrativas da Biblioteca Nacional, 1911, 1944/46; a gestão e a reforma administrativa de Janice Monte-mor, 1971-1979; e o arquivo histórico legado à Seção de Manuscritos.

3 Janice de Melo Monte-mor (Osasco, 1927 – Rio de Janeiro, 2005) foi bibliotecária da Fundação Getúlio Vargas entre 1947 e 1957 e diretora da Biblioteca Nacional do Brasil entre 1971 e 1979.

4 O Arquivo Geral está localizado no prédio Anexo da Biblioteca Nacional. Seu acervo reúne documentação administrativa, de valor permanente, desde a década de 1950 aos dias atuais.

5 A Coleção Biblioteca Nacional tem sua origem no arquivo considerado de valor histórico da Biblioteca Nacional, custodiado desde 1911 na Seção de Manuscritos.

A trajetória da Coleção Biblioteca Nacional: o arquivo histórico institucional

Para compreender o itinerário da Coleção Biblioteca Nacional, é necessário acionar a história da instituição. A Biblioteca Nacional do Brasil é tributária da Real Biblioteca dos Reis de Portugal (Schwarcz, 2002; Carvalho, 1994). Também conhecida como Livraria Real, a biblioteca aportou no Brasil em 1810, em decorrência da transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro. Sua trajetória foi atravessada pelos acontecimentos políticos que definiram a própria história do país no começo do século XIX. Barbier (2018, p. 310) resume de maneira didática o período e as mudanças em questão:

Enquanto as tropas de Junot entram em Portugal e se aproximam de Lisboa, a corte real embarca (29 de novembro de 1807) para o Rio de Janeiro. A colônia é promovida subitamente ao nível de metrópole, e a relação de forças se inverte ainda mais rapidamente porque as relações estão praticamente rompidas com o Portugal ocupado. Rio de Janeiro começa a se desenvolver conforme o modelo de uma cidade ocidental, com o palácio real, a administração central e um determinado número de fundações novas, dentre as quais a primeira imprensa brasileira (1808), o primeiro periódico (*Gazeta do Rio de Janeiro*) e a Biblioteca Real, transportada da Europa e instalada no antigo Hospital da Ordem do Carmo (1810). O acervo é enriquecido pela chegada de uma segunda remessa de livros de Lisboa, a nova instituição se abre para o público (1811) [...]. A mudança é institucionalizada em 1815, quando o Brasil se torna Reino Unido de Portugal, Algarve e Brasil: em 1818, dá-se a coroação de um novo rei, dom João, que só retornará a Portugal em 1821. Em 1822, finalmente, dom Pedro, filho do rei e regente, proclama a independência, e é coroado imperador. A negociação é iniciada, a propósito das compensações eventualmente devidas à metrópole: a biblioteca se inscreve como um dos primeiros itens pelos quais a jovem nação vai pagar [...]. Biblioteca Imperial e Pública em 1827, a instituição torna-se Biblioteca Nacional depois da abdicação de dom Pedro, em 1831.

Instalada no Hospital da Ordem do Carmo, no centro do Rio de Janeiro, a biblioteca teve seu primeiro estatuto publicado em 1821, com 32 pontos que definiam seu funcionamento.⁶ A equipe de pessoal era composta por um prefeito, um ajudante e dois escreventes, que tinham a função precípua de garantir a conservação do acervo.

No que tange ao arquivo, o estatuto definia a inscrição em livros dos atos administrativos, organizados pelas seguintes categorias: aquisição de acervo, venda,

6 Estatutos da Real Biblioteca. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1821. 8 p., imp. orig., 39,0 x 26,0 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss636313/mss636313.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

permuta, saída de livros duplicados, lançamento de contas com encadernação de obras, empréstimos à família real, registro de “ordens, avisos, cartas, papéis, representações e resoluções” referentes à administração da Real Biblioteca. Tais livros deveriam ser conservados sob a responsabilidade do prefeito da instituição.

O estatuto de 1821 foi complementado pelos “artigos regulamentares para o regime da Biblioteca Imperial e Pública”,⁷ de 1824, regimento que vigorou até 1876, quando a instituição foi objeto de reforma administrativa com vistas a modernizá-la. Esse movimento foi levado a cabo durante a gestão do historiador Benjamin Franklin Ramiz Galvão.⁸ Publicado pelo decreto n. 6.141, de 4 de março de 1876, o novo regulamento estabelecia importantes inovações para a instituição, entre elas a organização de uma secretaria e de três seções de guarda de acervo: a 1ª Seção, de impressos e cartas geográficas; a 2ª Seção, de manuscritos; e a 3ª Seção, de estampas, à semelhança da divisão de acervo do Museu Britânico (Caldeira, 2017b, p. 16).

A Secretaria passou a concentrar as atividades administrativas da Biblioteca, tais como a correspondência institucional, a escrituração dos livros de conta, dos registros de ofícios, avisos, aquisições, entre outros, além da conservação do arquivo administrativo.⁹ A Secretaria herdou os livros de registro e demais documentos produzidos pela administração desde o início da atuação da Biblioteca no Brasil. Cumpria-lhe também processar as folhas mensais dos empregados e ter controle sobre o inventário completo da instituição, incluindo informações sobre o depósito legal e sobre o patrimônio da Biblioteca.¹⁰ Esta unidade funcionou, com algumas variações de sua competência,¹¹ entre 1876 e 1944, quando foi extinta.

Para Caldeira (2017a, p. 194), o projeto de Ramiz Galvão para a Biblioteca Nacional intentava torná-la um espaço de pesquisa e investigação histórica, à semelhança do que se desenvolvia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹² Neste

7 Ofícios. Rio de Janeiro: [s.n.], 23/10/1822–1/2/1849. 424 doc. (241 f.), orig., 32,5 x 22,5 cm. Localização: Manuscritos – 70,3,006, Coleção Biblioteca Nacional.

8 Benjamin Franklin Ramiz Galvão (Rio Pardo, 1846 – Rio de Janeiro, 1938) foi médico, historiador e diretor da Biblioteca Nacional do Brasil entre 1870 e 1882.

9 Brasil. Decreto n. 6.141, de 4 de março de 1876.

10 Idem.

11 Com a adesão do Brasil à convenção diplomática de Bruxelas, em 1886, que estabeleceu as bases da permuta internacional de obras, a Biblioteca incorporou as ações à Secretaria (Brasil, 1894). A lei n. 496, de 1 de agosto 1898, que definiu os direitos autorais no Brasil, tornou obrigatório o registro de obras na Biblioteca Nacional, atividade incorporada à Secretaria. Acrescente-se o decreto n. 1.825, de 20 de dezembro 1907, que dispunha sobre a remessa de obras impressas à Biblioteca Nacional.

12 Guimaraes (2011) analisou o projeto historiográfico desenvolvido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre 1838 e 1857, para o qual as ações de coligir e organizar documentos históricos eram parte fundamental, por se tratar de ferramentas para a compreensão da nação e para a escrita da história nacional.

projeto, cumpria à Seção de Manuscritos coletar os documentos textuais que pudessem servir de fonte para a escrita da história, ciência e literatura nacionais, na forma de peças avulsas ou coleções de documentos, arquivos privados e pessoais.

Com a reforma de 1876, a Secretaria e a Seção de Manuscritos tornaram-se as duas principais unidades administrativas envolvidas, respectivamente, na produção e custódia do arquivo histórico. A partir dos relatórios da Seção de Manuscritos – 2ª Seção à época – foi possível identificar, no ano de 1902,¹³ as primeiras “remessas de Diretoria” ou “remessas da Secretaria”, que consistiam na transferência de documentos do arquivo administrativo para guarda permanente na Seção de Manuscritos. O quadro abaixo sistematiza e discrimina as obras constantes da primeira transferência:

Quarto trimestre – Remessa da Diretoria Da Secretaria da Biblioteca Nacional	Ano	Quantidade de Documentos
Resumo do ponto da presença dos empregados jornalheiros da Biblioteca. Encadernado.	1868-1874	1
Livro de registro de ofícios recebidos e expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1875-1888	532
Livro de registro de ofícios recebidos e expedidos pela Diretoria da Biblioteca Nacional. Códice encadernado	1888-1892	295
Livro de registro de ofícios recebidos pela diretoria da Biblioteca Nacional.	1892-1896	291
Livro de despesas da Biblioteca Nacional. Encadernado	1869-1891	1728
Livro de leis, avisos, decretos etc referente a Biblioteca Nacional. Encadernado.	1810-1831	13
Avisos, ofícios etc relativos a Biblioteca Nacional de. Originais e cópias. Encadernados	1822-1833	183
Avisos e ofícios	1834-1838	315
Avisos e ofícios	1839-1846	218
Avisos e ofícios	1847-1853	207
Avisos e ofícios	1854-1857	190
Avisos e ofícios	1858-1860	141
Avisos e ofícios	1861-1863	145
Avisos e ofícios	1870-1875	208
Avisos e ofícios	1876-1880	175
Avisos e ofícios	1881-1884	129
Livro de registro de ofícios etc dirigidos a diretoria da Biblioteca Nacional	1833-1844	420
Livro de registro de ofícios dirigidos a diretoria da Biblioteca Nacional	1845-1857	487
Livro de registro de ofícios dirigidos a diretoria da Biblioteca Nacional	1858-1875	696
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional. Encadernado	1822-1833	188
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1833-1838	203
Livro de registro das nomeações dos empregados da Biblioteca Nacional	1822-1833	169
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1839-1849	255
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1849-1854	441
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1855-1858	391
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1858-1864	513
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1864-1871	671
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1871-1875	474
Livro de ofícios expedidos pela diretoria da Biblioteca Nacional	1875-1888	1023

Quadro 1 - Obras constantes da primeira transferência. Fonte: elaborado pelas autoras a partir do relatório da Seção de Manuscritos, localização: 46,01,026.

Observa-se que a primeira remessa de documentos para arquivamento era composta dos documentos produzidos ao longo do século XIX, observada a inscrição em livros prevista no estatuto de 1821. Nos anos subsequentes, as remessas persistem com a transferência de cerca de 37 mil itens documentais entre a Secretaria e a Seção de Manuscritos.

¹³ Relatório dos chefes da Seção de Impressos, Manuscritos e do diretor da Divisão de Aquisições, ao diretor da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva. Rio de Janeiro: [s.n.], 1902. 3 doc. (317 p.), orig./min. Localização: Manuscritos – 46,1,026, Coleção Biblioteca Nacional.

As reformas administrativas da Biblioteca Nacional: 1911, 1944/46

A publicação de um novo regulamento para a Biblioteca Nacional, durante a gestão de Manuel Cícero Peregrino da Silva, chancelou a situação que já havia de fato para o arquivo histórico. O decreto n. 8.835, de 1911, ratificou a divisão entre as unidades já existentes, ampliou o quadro de pessoal e criou o primeiro curso de biblioteconomia do país. No que se refere às competências da Secretaria, o texto definia como primeira atribuição do secretário:

Ter a seu cargo a correspondência e trazer em dia a escrituração dos livros da secretaria e em boa ordem os papéis do arquivo, que no fim de cinco anos, do mesmo modo que aqueles livros, serão remetidos à 2ª seção.¹⁴

Assim, definida em regulamento, institucionalizou-se a transferência dos documentos administrativos pela Secretaria para arquivamento permanente na Seção de Manuscritos. Esse movimento verificou-se até a década de 1940, quando duas reformas administrativas redesenharam a organização institucional. A primeira em 1944, viabilizada por dois decretos que reformularam o curso de biblioteconomia¹⁵ e a estrutura administrativa da Biblioteca Nacional.¹⁶ A segunda em 1946, com a publicação do decreto n. 6.679, que reorganizou novamente a estrutura administrativa da instituição. Para nosso objetivo, importa informar que as reformas extinguiram a Secretaria, substituída por uma Seção de Administração, que passou a compreender uma Seção de Arquivo.¹⁷

A Seção de Manuscritos permaneceu como unidade de guarda de acervo, com a particularidade de que, em 1944, esteve vinculada à Divisão de Circulação, e em 1946 passou à Divisão de Obras Raras e Publicações. No entanto, a competência regimental de custodiar o arquivo histórico institucional foi suprimida com a publicação de ambos os decretos, de 1944 e 1946. Dessa forma, a extinção da Secretaria, a criação de uma unidade responsável exclusivamente pelo arquivo e a retirada da competência da Seção de Manuscritos sobre o arquivo histórico fizeram com que cessassem as transferências de documentos para a guarda permanente naquela Seção.

14 Brasil. Decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional.

15 Brasil. Decreto n. 6.440, de 27 de abril de 1944. Dá nova organização ao curso de biblioteconomia.

16 Brasil. Decreto n. 16.167, de 24 de julho de 1944. Aprova o regimento da Biblioteca Nacional.

17 Brasil. Decreto n. 8.679, de 18 de janeiro de 1946. Reorganiza a Biblioteca e dá outras providências.

Tais transformações operaram uma fissura no fluxo documental estabelecido com o decreto de 1911, com impactos sobre a organicidade do conjunto. Com a publicação dos regimentos de 1944 e 1946, passa a prevalecer a perspectiva do arquivo como ferramenta da administração pública, deslocando-se seu lugar na instituição.

Em 1960, na gestão de Celso da Cunha,¹⁸ houve uma readequação dos cargos comissionados que não incidiu, entretanto, sobre a estrutura estabelecida em 1946. Através da publicação do decreto n. 48.108, de 13 de abril de 1960,¹⁹ foram criadas novas funções gratificadas sem que houvesse reorganização das unidades administrativas.²⁰ Nessa conjuntura foi criado o cargo de chefe da Seção de Documentação, que passou a existir e funcionar de fato, sem que houvesse alteração no estatuto da Biblioteca.

De acordo com Warlich (1983, p.414), a partir da década de 1940 verificou-se a criação de seções de documentação em diferentes áreas do serviço público. Esse movimento estava ligado à criação da Seção de Documentação do Departamento de Imprensa e Propaganda e representou um novo sistema de gestão dentro da administração pública, sob influência do Dasp (Warlich, 1983, p. 414). A autora recorre a artigo publicado na *Revista do Serviço Público* para discorrer sobre o entendimento do que seria um Serviço de Documentação naquela conjuntura e sobre a importância da racionalização da organização da documentação para a tomada de decisões dos gestores do serviço público federal:

Concebida como um processo de acumulação e depuração da experiência, a documentação administrativa permite a um tempo a crítica e corretivo dos erros que só se tornam evidentes quando reunidos, bem como a propagação dos modos de agir já sancionados pela prática. Um serviço de documentação permitiria a centralização das informações ao longo do tempo. Mais que um simples conjunto de documentos arquivados, a documentação seria um “laboratório de fusão, aferição e depuração da experiência esparsa” da administração. (Warlich, 1983, p. 416)

18 Celso Ferreira da Cunha (Teófilo Otoni, 1917 – Rio de Janeiro, 1989) foi professor, filólogo e ensaísta, e diretor da Biblioteca Nacional entre 1956 e 1960.

19 Brasil. Decreto n. 48.108, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre funções gratificadas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Ministério da Educação e Cultura.

20 O decreto produziu distorções administrativas ao criar o cargo de chefe de seção sem alterar o estatuto da instituição e remodelar sua organização. Esse problema foi apontado inclusive como mote para extinguir a chefia da Seção de Documentação na reforma administrativa da gestão de Janice Montemor, que culminou em novo regimento, publicado pela portaria do Ministério de Educação e Cultura, n. 470, de 1 de outubro de 1975.

Na Biblioteca Nacional, a Seção de Documentação²¹ desempenhava atividades de pesquisa sobre pessoal, história e legislação referente à instituição, com ênfase nos diretores, chefes de divisão e seções da Biblioteca; realizava ainda atividades de protocolo, encaminhando ofícios e processos e efetuava o registro de leitores, sendo responsável pela confecção das fichas de leitores necessárias à consulta do acervo.

Em entrevista concedida à equipe da Fundação Getúlio Vargas para subsidiar o projeto de reforma administrativa, em 1971, o chefe da Seção de Documentação informou que as atribuições dessa seção “não estavam definidas em regulamento” e que, na prática, a Seção estava encarregada do arquivo de documentos, da movimentação de processos, da emissão do cartão de leitor e da pesquisa histórica referente à instituição.²²

A Seção de Documentação vigorou entre 1960 e 1975, quando foi extinta pela reforma administrativa da gestão de Janice Monte-mor. Durante esse período, ainda que com as dificuldades geradas pela falta de competência regimental e pela falta de espaço,²³ a Seção de Documentação tornou-se a unidade responsável pelo arquivo institucional, tendo cessado, com isso, as transferências para a Seção de Manuscritos.

Ainda nos anos 1960, durante a gestão de Adonias Filho na Biblioteca Nacional, houve um esforço para reformar a administração, materializado na constituição de um Grupo de Trabalho Preparatório para a Reorganização da Biblioteca Nacional, ação decorrente da instalação da uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados para averiguar as condições de funcionamento da instituição (Grings, 2019, p. 100).

O trabalho do grupo, entretanto, não foi implementado na forma de um novo regulamento. Serviu, contudo, como subsídio para os projetos desenvolvidos pela Biblioteca Nacional em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, que tiveram início tão logo Janice Monte-mor assumiu a direção da instituição.

21 A Seção de Documentação foi chefiada por Thereza da Silva Aguiar ao longo da década de 1960.

22 Livros sobre convênio entre Ministério do Planejamento e coordenação-geral/Fundação Getúlio Vargas/Biblioteca Nacional. Diagnóstico preliminar, localização: 46,01,002, Coleção Biblioteca Nacional.

23 O relatório de 1971 aponta a possibilidade de cessão de área no pavimento térreo, o que permitiria, segundo o documento, “centralizar toda a documentação que se encontra esparsa”. Relatórios anuais de 1969 a 1971, localização topográfica: 10060, Arquivo Geral da Biblioteca Nacional.

A gestão e a reforma administrativa de Janice Monte-mor, 1971-1979

Janice de Melo Monte-mor foi diretora da Biblioteca Nacional entre 1971 e 1979. Formou-se no curso superior de biblioteconomia da Biblioteca Nacional em 1947, seguindo o novo formato proposto pela reformulação da grade curricular de 1944. Monte-mor atuou como bibliotecária na Fundação Getúlio Vargas entre 1947 e 1957, e no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, entre 1950 e 1966. Foi a primeira diretora-geral da Biblioteca Nacional com formação na área de biblioteconomia.

Sua gestão foi marcada pelo esforço de modernizar a Biblioteca Nacional. Tão logo Monte-mor assume a instituição, inicia os contatos para o estabelecimento de um convênio entre a Biblioteca Nacional e a Fundação Getúlio Vargas,²⁴ com vistas a iniciar os estudos de viabilidade para a reforma institucional. O projeto, firmado em 1971, tinha por objetivo “dotar a BN de estrutura mais dinâmica e eficaz, possibilitando melhor aproveitamento dos recursos humanos, situando-a dentro de um sistema de informações bibliográficos juntos com os órgãos afins”.²⁵

Já na fase inicial de diagnóstico sobre a instituição, verificou-se que a organização tinha uma estrutura administrativa defasada em relação às suas demandas. Sobre esse aspecto, o projeto registrou a distorção ocasionada pela criação de novas funções gratificadas sem a alteração do regimento, o que teria gerado “novos setores carentes de uma definição quanto às atribuições, tendo a improvisação gerado conflitos e situações esdrúxulas”.²⁶

Monte-mor sistematizou as dificuldades administrativas a que estava submetida a instituição:

De acordo com a última reforma, promovida em 1946 e reformulada em 1960, a Biblioteca Nacional ficou submetida a um organograma que não foi ordenado por critério lógico e funcional consequente: as divisões são constituídas, umas em função da natureza do serviço, outras em função do tipo de material. A falta de critério unitário na classificação das divisões se reflete na ambiguidade de serviços, cujo exemplo é o caso dos periódicos que tanto podem ser encontrados na Divisão de Circulação (Seção de Periódicos, ou Seção de Referência), quanto na Divisão de Obras Raras (seções chamadas de acervos

24 A Fundação Getúlio Vargas foi criada pelo decreto n. 6.693, de 1944, com o intuito de promover estudos para a organização racional do trabalho e a qualificação de pessoal para as administrações pública e privada no país. Janice Monte-mor trabalhou como bibliotecária da FGV entre 1947 e 1957.

25 Livros sobre convênio entre Ministério do Planejamento e coordenação-geral/Fundação Getúlio Vargas/Biblioteca Nacional, localização 43,01,001, Coleção Biblioteca Nacional.

26 Idem.

especializados: Livros Raros, Músicas, Iconografia). Algumas seções, criadas pelo diploma legal de 1960, estão até hoje sem atribuições definidas, sendo manifesta a dificuldade de planejar suas atividades, como é o caso da Seção de Biblioteconomia e da Seção Brasileira. Outras seções, por inadequada localização, dificultam o planejamento orgânico de serviços: assim, uma Seção de Publicações está subordinada à Divisão de Obras Raras, em coexistência com uma Divisão de Publicações; uma Seção de Conservação subordinada à Divisão de Circulação; etc. Sobrecarregando os problemas de ordem estrutural, funcional e técnica, cabe notar ainda, por exemplo, os problemas relativos a pessoal, orçamento, instalações e “contribuição legal”. O sistema de pessoal é quantitativamente insuficiente, e, qualitativamente, por vezes, inadequado. O sistema orçamentário não corresponde às necessidades reais, e a rigidez processual de sua utilização dificulta as providências. Devemos dizer que o problema de espaço para abrigar a conveniente instalação dos serviços, equipamento, e acervo, torna-se crucial e angustiante. (Monte-mor, 1972, p. 17)

Diante dessa constatação, o remodelamento proposto eliminou algumas seções, dentre as quais a Seção de Documentação, responsável pelos arquivos administrativo e histórico desde 1960.

Uma carta de Darcy Damasceno, chefe da Seção de Manuscritos, enviada para a diretora Janice Monte-mor e apensada ao processo de reorganização da Biblioteca Nacional, em 12 de agosto de 1975, indica as tratativas para a recondução do arquivo histórico à Seção de Manuscritos. Na carta, Damasceno pondera que:

1. Quando se criou a Seção de Documentação, para lá foi transferido o arquivo histórico da Biblioteca Nacional, em virtude das atribuições que se deram àquele novo setor.
2. Com a planejada reforma da Biblioteca Nacional, a Seção de Documentação passa – e assim já o vem fazendo – a ter outros encargos, que não justificam sua permanência ali, de parte de um acervo que está também, como sempre esteve, na Seção de Manuscritos.
3. Sugiro assim, que Vossa Senhoria considere a conveniência de se fazer reverter à Seção de Manuscritos o antigo acervo, evitando-se desse modo que continue uma inconveniente divisão de livros e papéis históricos.²⁷

A demanda de Damasceno foi atendida e, com o novo regimento, publicado pela portaria n. 470, do Ministério da Educação Cultura, em 1975, a Seção de

27 Processo n. 0006/75, localização: 66,01,006 n. 039, Coleção Biblioteca Nacional.

Manuscritos retoma a competência regimental de custodiar o arquivo histórico da Biblioteca Nacional.

Doravante, os documentos encaminhados ao arquivo histórico da Seção de Manuscritos passam a ser selecionados e transferidos para aquela unidade por ordem expressa do gabinete da direção, notadamente por Janice Monte-mor. Esse processo teve seu ápice em 1979, último ano da gestão de Monte-mor, quando foram transferidos os principais documentos da reforma administrativa de sua gestão. O próprio processo de reorganização administrativa da Biblioteca insere-se nesse movimento. Em memorando de 1979, Monte-mor o encaminha, com as seguintes recomendações:

Senhor chefe do Serviço Auxiliar de Administração

Em anexo, devolvo a esse Serviço o processo BN n. 006/75, referente à reorganização administrativa da BN (Autonomia) e que deverá ser imediatamente recolhido à Divisão de Referência Especializada, para arquivamento na Seção de Manuscritos – arquivo histórico da BN – em virtude do regulamento em vigor.

Atenciosamente,

Janice Monte-mor²⁸

Podemos inferir que, ao selecionar pessoalmente e transferir documentos de sua gestão para a Seção de Manuscritos, Monte-mor buscou operar um recorte sobre os documentos que se tornariam imediatamente fontes para pesquisas sobre sua atuação e sobre a própria história institucional.

O arquivo histórico legado à Seção de Manuscritos: a Coleção Biblioteca Nacional

Com o retorno da competência regimental de custodiar o arquivo histórico da administração da Biblioteca Nacional, a Seção de Manuscritos torna a receber o fluxo documental do arquivo administrativo corrente para o arquivo histórico e permanente.

Contudo, a demanda do chefe da Seção de Manuscritos pelo retorno do acervo àquela seção só se efetivaria na década de 1980, com a formação de uma comissão de avaliação dos documentos da extinta Seção de Documentação.

Cumpra aqui observar o movimento da gestão de Janice Monte-mor sobre os documentos de arquivo, selecionando-os a partir da atribuição de valor histórico

28 Processo n. 0006/75, localização: 66,01,006 n. 039, Coleção Biblioteca Nacional.

que os alçaria à condição de acervo especializado, em contraste com os demais documentos administrativos, recolhidos ao Arquivo Geral da administração.

Ao analisar a produção documental da gestão Monte-mor, produzida e recebida entre 1971 e 1979, percebemos o peso da atuação pessoal da diretora e do chefe da Seção de Manuscritos sobre o arquivamento dos documentos. Dos anos iniciais, grande parte do arquivo histórico é composta de cartas e ofícios recebidos pelo chefe da Seção de Manuscritos, Darcy Damasceno, notadamente no ano de 1971. Dos anos seguintes, entre 1972 e 1973, o arquivo recebeu cartas enviadas à diretora, documentos relacionados às discussões sobre a implantação de um sistema nacional de informação científica e tecnológica e aos estudos para a reforma administrativa da Biblioteca Nacional. Em 1974, voltam a ter destaque as cartas a Damasceno, com pedidos de usuários referentes ao acervo manuscrito.

Dos documentos arquivados referentes aos anos de 1975 e 76, destacam-se aqueles relacionados ao projeto de construção de um prédio anexo à Biblioteca Nacional e ao registro da Biblioteca no Conselho Regional de Biblioteconomia, entre as cartas enviadas à Seção de Manuscritos referentes ao acervo.

Sobre o ano de 1977, há apenas três ocorrências no arquivo: trata-se de uma relação de endereços dos funcionários da Seção de Manuscritos, um relatório da funcionária Carmen Bartholini e um exemplar do Boletim Informativo da instituição. Nos anos finais de sua gestão, de 1978 a 1979, a diretora encaminhou à Seção de Manuscritos diplomas e certificados recebidos pela instituição, livro de assinatura de exposição, e processos referentes à participação da Biblioteca Nacional na comemoração do sesquicentenário da Independência do Brasil, à compra do arquivo de Brício de Abreu, à reforma administrativa promovida na instituição e à investigação havida em 1975 sobre o desaparecimento de 25 volumes do *Correio Braziliense*.

De todos os documentos produzidos, acumulados pela gestão de Monte-mor, somente este último processo foi arquivado no cofre da Seção de Manuscritos, o que indica que, para além da seleção pessoal da diretora sobre os documentos de “valor histórico”, haveria ainda um outro valor agregado ao documento, que requeria acondicionamento e acesso diferenciados.

Contrastando com o regimento e as práticas estabelecidas em 1911, os movimentos de transferência de acervo para a Coleção Biblioteca Nacional a partir de 1975 passam a ser discricionários, sem regularidade definida e arregimentados principalmente a partir de critérios subjetivos.

Se, para a primeira metade do século XX, são encontrados documentos que espelham diversas atividades desempenhadas pela instituição, durante a década de 1970, o arquivo testemunha uma seleção das atividades executadas pela direção da Biblioteca Nacional e pela Seção de Manuscritos, notando-se a ausência dos relatórios administrativos, tradicionalmente recolhidos à seção, por exemplo.

Considerações finais

A Coleção Biblioteca Nacional, concebida originalmente para ser o arquivo histórico da instituição, custodiado na Seção de Manuscritos por força de competência regimental, recebeu documentos da administração da instituição por transferência da Secretaria, entre 1902 e 1944. Com as reformas administrativas de 1944 e 1946, o fluxo documental cessou, já que outras seções vinculadas à administração passaram a ser responsáveis pela documentação administrativa da Biblioteca Nacional: a Seção de Arquivo, entre 1946 e 1960, e a Seção de Documentação, entre 1960 e 1975. Podemos perceber a mudança de perspectiva sobre o lugar do arquivo, da Seção de Manuscritos, área de guarda de acervo para pesquisa, para a área administrativa, lugar de suporte à tomada de decisões.

Com a reforma administrativa de Janice Monte-mor, que entrou em vigor em 1975, a Seção de Manuscritos recuperou a prerrogativa de custodiar o arquivo histórico. Desse movimento, com a retomada de uma perspectiva histórica do arquivo, decorreu o *gap* na documentação integrante da Coleção Biblioteca Nacional, em que prevalece a documentação produzida e recebida pela instituição na primeira metade do século XX (período de vigência da Secretaria, concepção histórica do arquivo), com a notória ausência da produção referente às décadas de 1950 e 1960 (período em que funcionaram a Seção de Arquivo e a Seção de Documentação, a partir de uma visão do arquivo como ferramenta da administração).

Para os anos 1970, verificamos a seleção dos documentos administrativos pela própria diretora da instituição, que definia pessoalmente e encaminhava a documentação para guarda permanente. Monte-mor escrevia de próprio punho a orientação de arquivar os documentos selecionados no arquivo histórico da Seção de Manuscritos. Outro agente atuante na configuração desse arquivo foi o chefe da Seção de Manuscritos, Darcy Damasceno, a partir da seleção de correspondências com pesquisadores acerca do acervo manuscrito.

O critério, ou a falta de critério, para tal seleção não pôde ser identificado na pesquisa. Podemos inferir, entretanto, que na gestão de Manuel Cícero Peregrino da Silva, de 1900 a 1924, quando foi estabelecida a competência regimental da Seção de Manuscritos de salvaguardar o arquivo histórico institucional, houve uma preocupação em delimitar o lugar e a frequência com que seriam transferidos os registros da memória institucional. Dessa forma, o acervo foi enriquecido com documentos representativos das atividades meio e fim. Com as reformas de 1944 e 1946 e a abordagem administrativa sobre o arquivo, o fluxo que alimentava o arquivo histórico foi descontinuado. Com a reforma de

1975, Janice Monte-mor imprime sua marca como especialista na administração da Biblioteca Nacional, incidindo igualmente sobre a tradicional ferramenta de memória institucional: a Coleção Biblioteca Nacional. Com a retomada pela Seção de Manuscrito da competência regimental de salvaguardar o arquivo histórico, Monte-mor e Damasceno destacam-se como principais agentes sobre a composição desse acervo.

Por fim, vale destacar que a atribuição de uma natureza administrativa ou histórica ao arquivo contribuiu para determinar o lugar que este deveria ocupar na instituição e, por consequência, as condições de acesso e preservação dos documentos. Se a perspectiva administrativa conferiu à acumulação e ao tratamento documental uma dimensão mais burocrática, a perspectiva histórica reforçou a dimensão discricionária da acumulação e situou o arquivo em um espaço de maior prestígio institucional, área de guarda de acervo especial – a Seção de Manuscritos.

Referências

- ALMEIDA, Thaís Helena. *Memórias dos conservadores, restauradores e cientistas na preservação do acervo da Biblioteca Nacional, de 1880 a 1980*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2022.
- BARBIER, Frederic. *História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais*. São Paulo: Edusp, 2018.
- BASTIAN, Jeannette Allis. Reading colonial records through an archival lens: the provenance of place, space and creation. *Archival Science*, [s.l.], v. 6, p. 267-284, 2006.
- BETTAMIO, Rafaella. *História de uma coleção invisível: narrativas e liminaridade da Coleção Brazil's Popular Groups da Library of Congress*. Rio de Janeiro: Appris, 2021.
- BOJANOSKI, Silvana de Fátima. *Memória, história e documentos sacralizados: um estudo de caso do Arquivo Público do Paraná (1976-1989)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007. 139 p.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria n. 470, de 1975. Aprova regimento da Biblioteca Nacional. Poder Executivo Federal, Portal de Legislação, Brasília, DF, 1975.
- BRASIL. Decreto n. 8.679, de 18 de janeiro de 1946. Reorganiza a Biblioteca e dá outras providências. *Coleção de leis do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 174, 1946.
- BRASIL. Decreto n. 16.167, de 24 de julho de 1944. Aprova o regimento da Biblioteca Nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, sc. 1, p. 13181, 1944.
- BRASIL. Decreto n. 6.440, de 27 de abril de 1944. Dá nova organização ao curso de biblioteconomia. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, sc. 1, p. 7769, 1944.
- BRASIL. Decreto n. 1.766, de 8 de agosto de 1894. Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 589, 1894.
- BRASIL. Decreto n. 6.141, de 4 de março de 1876. Reforma a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. *Coleção de leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 287, 1886.
- BURTON, Antoinette. Introduction: archive fever, archive stories. In: BURTON, Antoinette (ed.) *Archive stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham & London: Duke University Press, 2005. p. 1-24.

- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre, Editora da PUCRS, 2017a.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Ramiz Galvão e a ideia de Biblioteca como vitrine da nação. *Revista de História*, São Paulo, v. 26, e. 24, 2017b.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biblioteca Nacional, biografia 1807-1990*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- COSTA, Celia Maria Leite. *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do estado brasileiro*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. *A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.
- GRINGS, Luciana. *O leigo e a especialista: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2019.
- HEYMANN, Luciana. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa/Faperj, 2012.
- IUMATTI, Paulo T.; NICODEMO, Thiago L. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, 2018.
- JUVÊNCIO, Carlos Henrique. *Manuel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da documentação no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- KETELAAR, Eric. Archival turns and returns. In: GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (ed.). *Research in the archival multiverse*. Victoria: Monash University, 2017. p. 229-268.
- MONTE-MOR, Janice. *Reforma da Biblioteca Nacional*. *Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-23, 1972.
- PALMEIRA, Miguel. Arquivos pessoais e história da história: a propósito dos Finley Papers. In: TRAVANCAS, Isabel Travancas; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV Editora/Faperj, 2013. p. 79-99.
- PERRY, Adele. The colonial archive on trial: possession, dispossession, and history in Delgamuukw v. British Columbia. In: BURTON, Antoinette (ed.). *Archive stories: facts, fictions, and the writing of history*. Durham & London: Duke University Press, 2005. p. 325-350.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-34, set./dez. 2022.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- SILVA, Iuri Azevedo Lapa e. *Sobre papéis, trajetórias e dádivas: a doação da coleção Benedicto Ottoni para a Biblioteca Nacional*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2020.
- SILVA, Maria Leonilda Reis da. *História e memória do Arquivo Central da FGV*. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2010. 161 p.
- SILVA, Rafael Pereira da. *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982)*. São Paulo: Paco Editorial, 2016.
- STOLER, Ann Laura. Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, [s.l.], v. 2, p. 87-109, 2022.

Recebido em 28/12/2023

Aprovado em 28/2/2024